

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

OS DIREITOS SOCIAIS FRENTE AOS DIFERENTES PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL

Dra. Márcia Cossetinⁱ

Dra. Cassia Alessandra Domicianoⁱⁱ

Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredoⁱⁱⁱ

O Dossiê "Os Direitos Sociais frente aos diferentes processos de privatização em âmbito Nacional e Internacional" tem por objetivo a divulgação de pesquisas que discutem e analisam os Direitos Sociais em uma conjuntura socioeconômica e política de crescente interligação e expansão de acordos entre o público e o privado. Contempla os estudos de pesquisadores nacionais de diferentes estados – Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo – e internacionais – que retratam a realidade da Educação Superior de Portugal e do Distrito Educacional de *Athens-Clarke County* (CCSD), do estado da Geórgia, nos Estados Unidos. Além disso, apresenta uma entrevista com Theresa Adrião, da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

No âmbito das Políticas Sociais, com foco nas Educacionais, as investigações tematizam sobre os processos de privatização que se organizam nacional e internacionalmente, reconfigurando o *lócus* de oferta e execução dos Direitos Sociais. Esses Direitos, tais como educação, saúde, previdência, entre outros, constituem um processo de disputa e conquista histórica dos movimentos sociais no Brasil, sendo a Constituição Federal de 1988 um marco fundamental. Todavia, é também no contexto inicial de promulgação da Constituição Federal de 1988 que se pode constatar o desmonte dos Direitos Sociais a partir, por



exemplo, da Reforma do Estado brasileiro no início dos anos de 1990, considerando-se o Estado como executor direto.

Ampliaram-se, a partir de então, as formas de atuação privada no setor público, isto é, outorgaram-se, com emendas à Constituição Federal de 1988, formas de privatização dos Direitos Sociais que eram de responsabilidade estatal. Nesse ensejo legal, nos anos iniciais do século XXI, elaboraram-se leis, decretos e regulamentações que permitiram ao setor privado nominar-se como “parceiro” do setor público para a oferta de serviços referentes aos Direitos Sociais (PERONI; ADRIÃO, 2005; FERNANDES, 2009).

Nesse sentido, a tentativa da redefinição do que é de competência da esfera pública passou a admitir que a Educação e a Saúde, por exemplo, fossem consideradas atividades não exclusivas do Estado, denotando a tendência de privatização dos Direitos Sociais conquistados.

Na perspectiva de apresentar estudos e pesquisas que consideram como vêm ocorrendo processos de privatização dos Direitos Sociais reunimos nove artigos e uma entrevista neste Dossiê que, além de divulgar conhecimentos produzidos na área, prima pelo fortalecimento das lutas contrárias à destruição dos Direitos Sociais no contexto nacional e internacional.

O primeiro artigo dos pesquisadores Belmiro Gil Cabrito, Luísa Cerdeira, Ana Nascimento e Pedro Ribeiro Mucharreira intitulado “O Ensino Superior em Portugal: Democratização e a Nova Governação Pública”, mostra que a expansão e a democratização da Educação Superior em Portugal estão permeadas por avanços e recuos provenientes da Nova Governação Pública (NGP).

No texto “As Estratégias para a Educação Pública no Distrito de *Athens-Clarke County*, no Estado da Geórgia, Estados Unidos, e suas Interfaces com o Gerencialismo”, as pesquisadoras Nadia Pedrotti Drabach e Viviane Klen-Alves trazem a educação estadunidense para discussão, analisando as ações presentes no Plano Estratégico para Educação em *Athens-Clarke Conty*, que visam



melhorias nos índices acadêmicos dos estudantes em dois biênios (2015-2017 e 2018-2020). As autoras mostram, entre outras coisas, que não há inclusão de elementos fundamentais nos planos distritais para a superação das desigualdades de desempenho escolar entre os estudantes; e, apontam para uma orientação mercadológica presente nos Planos que se articula com as tendências inscritas na Nova Gestão Pública.

No terceiro artigo, “A Unesco e a Declaração de Incheon: O Protagonismo do Setor Privado na Agenda Mundial para Educação 2030”, as autoras Márcia Cossetin, Cassia Domiciano e Ireni Marilene Zago Figueiredo analisam os enunciados presentes no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS4) em busca do papel previsto para o setor privado na concretização do acordado mundialmente, fator que tem, historicamente, se destacado na articulação com o setor público nos pactos mundiais relegando à Educação os interesses de mercado.

Maria Nilvane Fernandes e Ângela Mara de Barros Lara evidenciam no texto “A Convenção dos Direitos da Criança, as Organizações Não Governamentais e os Interesses Privados” a influência de tais organizações internacionais na promulgação da Convenção dos Direitos da Criança, em 1989, que, naquele momento, inaugura a presença de peritos especialistas que se tornam referência na fiscalização dos Estados-membros. Quem são esses peritos? Que influência exercem mundialmente? Esses e outros assuntos podem ser encontradas no trabalho das autoras.

No quinto artigo, “Redes dentro de Redes e as Novas Alianças entre Estado e Mercado”, Vera Maria Vidal Peroni e Maria Raquel Caetano problematizam as formas de relação entre o público e o privado e entre Estado, mercado e sociedade, como parte das reformas globais. As autoras evidenciam que, mais uma vez, encontramos os empresários e, ainda, novos filantropos, disputando um



novo projeto societário que atrela-se a um projeto de gestão de Educação públicas, distanciadas do processo de democratização.

O artigo seguinte, “Do Empresariado da Educação ao Mercado Financeiro Educacional: aspectos da Privatização da Educação Pública Brasileira”, escrito por Daniela de Oliveira Pires, questiona a relação público-privada na educação a partir da perspectiva histórico-legal, relacionando-a com a lógica privatista na promoção da educação pública. Neste trabalho, encontram-se considerações essenciais à compreensão histórica da presença desses atores no âmbito da educação básica brasileira.

No trabalho de Camila Maria Bortot e Elisângela Alves da Silva Scaff, denominado “O Empresariado Social na construção de uma Agenda de Ações de Qualidade para a Educação Infantil Brasileira”, identifica-se a construção de uma agenda acerca da qualidade para a Educação Infantil representada pelo empresariado social, na figura da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV). O lucro imediato e uma agenda de descentralização sob os auspícios da privatização são dois aspectos que o leitor encontrará no trabalho das autoras.

No penúltimo texto deste Dossiê, “Parcerias entre o Setor Público e o Setor Privado: um estudo das Mudanças na Organização do Trabalho Pedagógico e no Trabalho Docente na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino De Ilhéus”, Emília Peixoto Vieira e Andréia Ferreira da Silva apresentam os efeitos para organização do trabalho pedagógico, jornada de trabalho e currículo na etapa da educação infantil na cidade de Ilhéus, no sul da Bahia, a partir da “parceria” estabelecida entre o Instituto Natura e o governo municipal via articulação com a Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia (Amurc); evidenciando que a educação básica brasileira está cada vez mais cercada pelos interesses privados.

No último artigo, “Relação Público Privada e o Financiamento do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ao Sistema “S” entre 2011 e



2015”, Marilda Oliveira Costa nos apresenta a relação público-privada a partir do financiamento do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ao sistema “S”, demarcando tal arranjo. De forma dialética, a autora mostra que, ao mesmo tempo em que o Pronatec responde aos condicionantes da Nova Gestão Pública, também democratiza o acesso à educação profissional, situação contraditória que cerca a vida de nossos inúmeros jovens.

Para enriquecer ainda mais o diálogo, encerra-se o Dossiê com a entrevista de Theresa Adrião, realizada por meio de videoconferência por Márcia Cossetin e Cassia Domiciano. Na entrevista, a pesquisadora aprofunda o debate sobre as dimensões da privatização na educação básica pública, apresenta a Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPE) – formada por pesquisadores de diferentes países – dissertando sobre o objetivo desse fortalecimento coletivo para compreender os processos de privatização nos países do Sul Global. Ressalta, ainda, sua atuação na defesa do Direito Humano à Educação em conjunto com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe).

Os artigos e a entrevista que compõem este Dossiê convidam à leitura e reflexão, num exercício constante de buscar a universalização e a manutenção dos Direitos Sociais com qualidade social. Assim, desejamos que a leitura seja promotora de trocas, elucidações e desvelamentos da realidade em que vivemos contemporaneamente e, acima tudo, fortaleça as lutas pelos Direitos Sociais no contexto nacional e internacional. Agradecemos imensamente aos pesquisadores que contribuíram para este debate, assim como a este periódico pelo espaço aberto e colaboração.

ⁱ Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS - no Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional – Greppe/Unicamp/UFMT, Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPE/Unioeste e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância – GEPPEIN/UEM. É Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).



ii Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe), na Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal de Mato Grosso e o Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE-UFPR). É Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca).

iii Professora do Colegiado do Curso de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPE.

